



Educação permanente em saúde do trabalhador: realidade em uma unidade de atenção secundária

Nathália Henriques Veiga¹, Yan Zi Li Tem², Magda Guimarães de Araujo Faria³, Carla Tatiana Garcia Barreto Ferrão⁴, Cristiane Helena Gallasch⁵

RESUMO

Objetivo: identificar como ocorre a incorporação de conteúdos de saúde do trabalhador nas estratégias de educação permanente entre trabalhadores enfermeiros lotados em uma unidade de atenção secundária, localizada no município do Rio de Janeiro – Brasil. **Método:** pesquisa qualitativa transversal, não experimental e descritiva. O cenário elencado foi uma unidade de saúde voltada para Atenção Secundária, no formato de policlínica. Participaram do estudo 19 enfermeiros. A coleta de dados foi realizada por meio de formulário eletrônico entre os meses de março a abril de 2020, sendo feita a análise de dados pela estatística descritiva e interpretação gráfica gerada pela plataforma de recolha de dados denominada Survey Monkey. **Resultados:** os profissionais não se enxergam como produtores de conhecimento em saúde do trabalhador, observando-a como uma área especializada. Além disso, não foram apontadas ações de promoção da saúde como necessárias, restringindo-as a atividades de prevenção, sobretudo de riscos. Observou-se a utilização de estratégias da Educação Permanente em Saúde (EPS), como as rodas de conversa, na condição de escolha metodológica para a realização das atividades educativas. **Conclusão:** é emergente a necessidade de criação de espaços e atividades educativas em saúde do trabalhador sob a perspectiva da Educação Permanente em Saúde, buscando, assim, um espaço de compartilhamento de experiências, saberes, que estimule atividades de promoção da saúde, para que estas tenham magnitude semelhante àquelas de prevenção, já tão presentes no paradigma teórico da saúde ocupacional.

Descritores: Saúde do Trabalhador; Educação permanente; Atenção secundária à saúde

¹ Acadêmica de enfermagem. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: nathaliahveiga@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4348-0713>

² Acadêmico de enfermagem. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: yanzilitem@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8587-6460>

³ Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Professora adjunta do Departamento de Enfermagem de Saúde Pública da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: magda.faria@live.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9928-6392>

⁴ Enfermeira. Doutora em epidemiologia. Enfermeira da Policlínica Piquet Carneiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: carlatgbarreto@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2973-8135>

⁵ Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Professora adjunta do Departamento de Enfermagem Médico-cirúrgica da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: cristiane.gallasch@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0823-0818>

Autor Correspondente

Magda Guimarães de Araujo Faria

Avenida Boulevard 28 de setembro, 157, 7º andar. Vila Isabel.

CEP: 20551-030. Rio de Janeiro, RJ, Brasil

E-mail: magda.faria@live.com

Data de submissão: 20/08/2020

Data de aceite: 30/10/2020

Como citar esse artigo:

VEIGA, N. H. et al. Educação permanente em saúde do trabalhador: realidade em uma unidade de atenção secundária. *Advances in Nursing and Health*, v. 2, p. 48-58, Londrina, 2020.

INTRODUÇÃO

A saúde do trabalhador (ST) é um campo da saúde coletiva, com heranças da saúde ocupacional, cujo enfoque é identificar relações existentes de maneira objetiva e subjetiva entre os processos de adoecimento e a rotina laboral. Nesse campo, parte-se da concepção de que o trabalho é um dos eixos organizadores da vida social e determinante das condições de vida e saúde das pessoas^(1,2). Além, disso, possui caráter multidisciplinar, com gestão participativa, pressupondo ações intersetoriais, o que demonstra estar presente em todos os setores e níveis de atenção à saúde, dentre os quais se encontra a atenção secundária⁽³⁾.

A atenção secundária é o nível de atenção à saúde formada por serviços especializados em nível ambulatorial e hospitalar, com densidade tecnológica intermediária entre a atenção primária e a terciária, historicamente interpretada como procedimentos de média complexidade. Os profissionais desse nível estão compreendidos em serviços médicos especializados, de apoio diagnóstico e terapêutico, no atendimento de urgência e emergência⁽⁴⁾.

A implantação de atividades de saúde do trabalhador na atenção secundária é uma emergência e segue os indicativos estabelecidos pela Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT)⁽³⁾. Para tanto, devem ser estabelecidas ações individuais e coletivas de assistência e recuperação dos agravos, promoção, prevenção, vigilância dos ambientes, processos e atividades de trabalho, intervenção sobre os fatores determinantes da saúde dos trabalhadores, além de ações de planejamento e avaliação com as práticas de saúde. Assim sendo, a realização de atividades educativas para os trabalhadores atuantes nesse nível de atenção é uma necessidade real para o atendimento à política pública, bem como para a elevação dos níveis de saúde dos profissionais.

Apesar da prioridade no estabelecimento de tais ações, alguns desafios demonstram-se evidentes para o seguimento da PNSTT. Destacam-se a ausência de uma cultura de ST no âmbito de saúde pública, a dificuldade de utilização de recursos, mesmo com rubrica própria, um corpo técnico insuficiente com formação específica, a percepção da população trabalhadora com viés assistencial e

autoexcludente como protagonista de suas práticas, dentre outros⁽⁵⁾. Ademais, ressalta-se que as atividades educativas em ST devem obedecer à lógica teórico-metodológica da educação permanente em saúde (EPS), a qual aponta o estabelecimento de atividades participativas e reflexivas, partindo-se da experiência do próprio profissional⁽⁶⁾.

Nesse sentido, este estudo teve como objetivo identificar como ocorre a incorporação de conteúdos de saúde do trabalhador nas estratégias de educação permanente entre trabalhadores enfermeiros lotados numa unidade de atenção secundária localizada no município do Rio de Janeiro – Brasil.

A relevância da presente investigação baseia-se na necessidade de abordagem da temática para fins de identificação da aplicação da política pública que prevê a realização de atividades educativas em saúde do trabalhador na atenção secundária à saúde⁽³⁾. O presente manuscrito aponta lacunas de conhecimento semelhantes em outros setores, possibilitando, assim, a construção de novas políticas e estratégias de intervenção.

MÉTODO

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, transversal, não experimental e descritiva. O cenário elencado foi uma unidade de saúde voltada para atenção secundária, no formato de policlínica. Trata-se de instituição pública de prestação de serviços ambulatoriais especializados à população de todo estado do Rio de Janeiro, incluindo alergologia e imunologia, cardiologia, geriatria, cirurgia geral, cirurgia plástica, cirurgia vascular, clínicas integradas/especializadas, disfunção miccional, endocrinologia, estomaterapia, gastroenterologia, ginecologia, medicina integral, neurologia, pediatria, pneumologia, centro de infusão, reumatologia, saúde do homem, saúde mental e urologia.

O universo de participantes da pesquisa foi constituído por 31 enfermeiros atuantes na instituição. Foram delineados os seguintes critérios de inclusão: possuir vínculo estatutário e estar vinculado ao serviço há, pelo menos, seis meses. Enfermeiros afastados do serviço no período da coleta de dados foram excluídos do estudo.

A coleta de dados se deu entre os meses de março a abril de 2020, por meio de um formulário eletrônico com 21 questões distribuídas em quatro blocos específicos, incluindo as seguintes variáveis: dados sociodemográficos, experiência com estratégias de qualificação profissional no âmbito da saúde do trabalhador, conhecimentos sobre as estratégias de qualificação profissional no âmbito da saúde do trabalhador, opinião dos profissionais sobre as atividades de educação permanente em saúde do trabalhador. A análise dos dados foi baseada pela estatística descritiva e interpretação gráfica obtida por meio da plataforma de coleta de dados denominada *Survey Monkey*⁽⁷⁾.

A priori, acrescenta-se que os dados foram quantificados, tabulados e analisados após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob o CAAE nº 26545119.3.0000.5282 e parecer nº 3.783.969, obedecendo, assim, aos requisitos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde⁽⁸⁾.

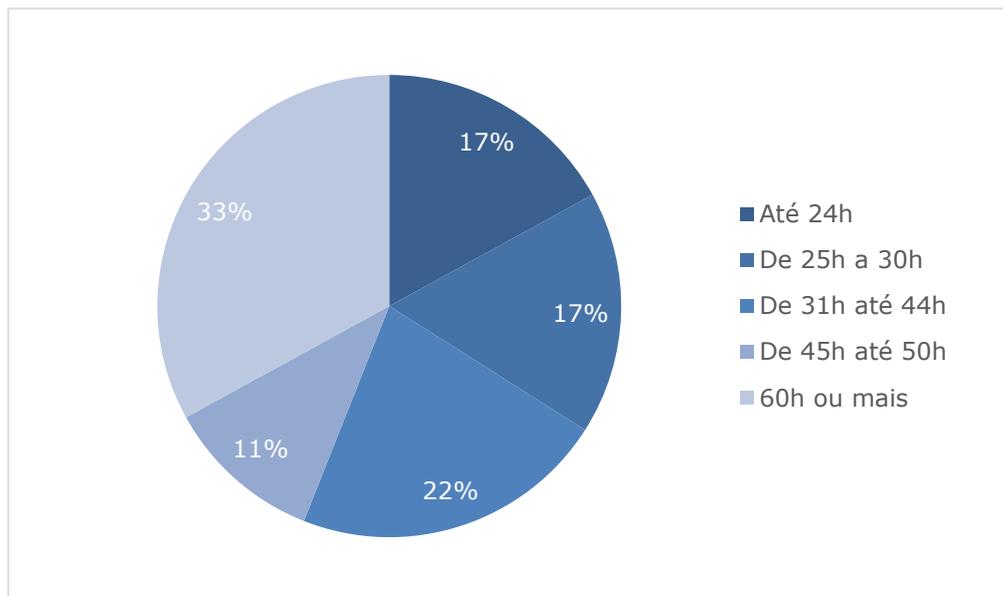
RESULTADOS

Participaram do estudo 19 enfermeiros, expressando uma taxa de resposta ao questionário eletrônico de 62%. Foi possível observar representantes dos seguintes setores: centro cirúrgico e ambulatorial, pediatria, gastroenterologia, gestão, saúde do homem, estomaterapia, supervisão de enfermagem, centro de atenção psicossocial (CAP), repouso e saúde do trabalhador.

Sobre o perfil de atuação dos participantes, o tempo de trabalho na instituição variou entre 1 e 12 anos ($\mu=5,5$ anos). Além disso, 76% dos participantes possuem carga horária na instituição de 30h semanais e, sobre a carga horária total, cerca de 44% dos enfermeiros cumprem mais de 45h semanais de trabalho, conforme indicado na Figura 1.

Sobre a participação em atividades educativas em saúde do trabalhador, 42,86% dos participantes informaram nunca ter participado de ações dessa natureza na instituição. Dentre aqueles que indicaram participação, as temáticas abordadas foram biossegurança, fluxos de acidente de trabalho com material biológico, presenteísmo e absenteísmo.

Figura 1: Carga horária semanal total realizada pelos enfermeiros participantes da pesquisa – Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2020



Sobre o processo de elaboração de atividades educativas em saúde do trabalhador, 38,46% dos participantes já construíram atividades dessa natureza para suas equipes, contudo, após a averiguação das temáticas, percebeu-se que apenas três enfermeiros abordaram conteúdos relacionados à saúde do trabalhador. Além disso, todos os participantes que nunca realizaram atividades dessa natureza apontam, como razão para tal situação, a ausência de especialização específica em saúde do trabalhador ou equivalentes. Ademais, 60% dos enfermeiros que

realizaram atividades educativas perceberam resistência da equipe para participar da atividade.

Sobre as estratégias utilizadas para a realização de tais atividades educativas, 80% dos enfermeiros indicaram utilização de "rodas de conversa" para a implementação das atividades. Além disso, 100% dos participantes indicaram que a proximidade com a equipe foi um fator facilitador para a realização da atividade, porém, apenas 40% fizeram uma avaliação de compreensão de conteúdo da atividade.

Ademais, enfatiza-se que 100% dos

profissionais indicaram necessidade de estratégias educativas em saúde do trabalhador, sendo que 65% indicam se sentir apto para coordenar tais atividades, apesar de apenas a metade desse percentual já ter de fato realizado ações dessa natureza. Em relação às temáticas necessárias, citam-se inteligência emocional e gerenciamento de conflitos, prevenção de acidentes, ergonomia, adoecimentos e saúde mental do trabalhador, utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), biossegurança, leis de proteção à saúde do trabalhador, exposição a situações específicas como a dispensação correta de imunoterápico. Assim sendo, observou-se, nas indicações dos participantes, a inexistência de demandas de atividades educativas que versem aproximações a ações de promoção da saúde, restringindo-se a aspectos da prevenção.

Ao final, foi questionado aos participantes qual é a finalidade de uma ação de qualificação em saúde do trabalhador. Obteve-se como resposta a associação intrínseca com ações como treinamentos voltados à segurança, sobretudo relacionadas ao processo de trabalho, adoecimento psíquico e riscos em

ambiente laboral.

DISCUSSÃO

Atualmente, o uso de formulários eletrônicos tem sido um grande facilitador em pesquisas científicas. Esse método permite que os dados sejam coletados de forma mais rápida e com menor custo financeiro⁽⁹⁾. O questionário virtual possui diversas características que o tornam mais efetivo em comparação com o modelo antigo impresso, além de diminuir os danos ao meio ambiente. Observa-se que, quando o questionário eletrônico é utilizado, as taxas de resposta e aproveitamento de respostas aumentam de forma considerável⁽¹⁰⁾. Nota-se que mais de 60% dos profissionais responderam ao questionário, o que foi considerado como resultado similar à taxa de resposta de outros estudos, já que a literatura científica identifica que as taxas de resposta relacionadas às pesquisas online de enfermagem variam de 8,4%⁽¹¹⁾ até 89%⁽¹²⁾.

Observou-se a elevada carga horária semanal total dos profissionais participantes do estudo, o que já foi observado em

estudos da categoria que apontam que grande parte de enfermeiros trabalham mais de 50h semanais⁽¹³⁾. A carga horária interfere intensamente na saúde dos trabalhadores, levando ao desgaste físico e mental. Além disso, vale ressaltar que os trabalhadores ampliam suas jornadas de trabalho com a realização de atividades domésticas atreladas ao seu cotidiano, o que interfere diretamente no tempo de lazer e descanso⁽¹⁴⁾.

Historicamente, a luta pela dignidade do trabalho da enfermagem está intrinsecamente relacionada ao reconhecimento do limite de carga horária semanal de 30h. Em território nacional, ainda não há a aprovação dessa carga horária para a categoria de enfermagem, apesar de haver uma proposta em estudo na Câmara dos Deputados há mais de 20 anos. É válido ressaltar que no Rio de Janeiro a lei que garantia o cumprimento de 30h⁽¹⁵⁾ semanais da categoria foi suspensa, o que demarca a luta política da categoria contra a precarização. Os enfermeiros estão entrelaçados em uma realidade árdua e cansativa, que envolve problemas como más condições de trabalho, irregularidade do horário de descanso, quantitativo

insuficiente de pessoal, turnos ininterruptos, adoção da polivalência e da multifuncionalidade e a prática do multiemprego devido aos baixos salários da categoria, comprometendo, assim, a integridade psicofísica do trabalhador^(16,17).

Sobre a elaboração de ações educativas dessa natureza, ficou evidente que não há um conhecimento abrangente e adequado sobre a saúde do trabalhador, o que reflete na dificuldade dos enfermeiros em incorporar a saúde do trabalhador como um campo da saúde coletiva, visando à sua promoção, prevenção e vigilância⁽⁵⁾. Essa situação já foi observada na literatura em outros cenários, de maneira que os profissionais não se enxergam como ser passível de cuidado, indicando a necessidade de um olhar especializado, o que contraria a perspectiva da saúde do trabalhador como campo da saúde coletiva⁽¹⁸⁾.

Ademais, observou-se a tentativa dos participantes de incorporar estratégias da EPS que pudessem aproximar os profissionais participantes da atividade como, por exemplo, as rodas de conversa. Esse método permite discussões coletivas acerca de determinados temas, através de espaços democráticos de diálogo, compartilhamento e

troca de reflexões e experiências, o que contribui para a construção da autonomia dos sujeitos, rompendo com o modelo verticalizado da capacitação⁽¹⁹⁾.

Não obstante a isso, ressalta-se que diversos obstáculos permeiam a implementação da EPS, dificultando a modificação da prática profissional no complexo contexto do trabalho em saúde, como a relutância em abordar conteúdos que favoreçam a própria saúde⁽²⁰⁾. Tal situação possui algumas fontes como, por exemplo, a sobrecarga de trabalho, os horários das atividades, a cultura organizacional e a motivação pessoal⁽²¹⁾.

Apesar de todo esforço de incorporação das estratégias da ESP como norteadoras das atividades educativas, observa-se, ainda, a percepção nebulosa dos participantes sobre o campo da ST, o qual é associado a práticas muito demarcadas da saúde ocupacional. A saúde ocupacional está relacionada às atividades de saúde realizadas, sobretudo, dentro de empresas com atividades multiprofissionais e ênfase em atividades higienistas e no controle de riscos ambientais⁽²²⁾. Contudo, observa-se que esse paradigma já não é suficiente para atender às inúmeras demandas e

necessidades subjetivas envolvidas no processo de adoecimento, considerando-se o trabalho como um determinante social e não apenas fonte de riscos ambientais⁽²³⁾.

CONCLUSÃO

Observou-se que os enfermeiros possuem dificuldades para incorporar o conhecimento de ST na realização de atividades educativas, já que consideram esse campo uma área de especialidade, desvinculando-a da lógica da saúde coletiva. As atividades educativas em ST estão em consonância com o recomendado na PNSTT, já que envolveram, sobretudo, estratégias educativas relacionadas à EPS, com propostas reflexivas em processos dialógicos como, por exemplo, as rodas de conversa.

É emergente a necessidade de criação de espaços e atividades educativas em ST sob a perspectiva da EPS, buscando, assim, um espaço de engajamento da equipe e de compartilhamento de experiências, saberes. Dessa forma, são estimuladas atividades de promoção da saúde, para que tenham magnitude semelhante àquelas de prevenção, já tão presentes no paradigma teórico da saúde ocupacional. É importante

que o enfermeiro se compreenda como corresponsável pela sua própria saúde, percebendo-se numa díade constante de cuidador ser cuidado.

REFERÊNCIAS

1. Faria MGA, Gallasch CH, Martins ALX. Inserção de graduandos de enfermagem em serviços de saúde do trabalhador: relato de experiência. *Cogitare Enferm* [Internet]. 2016 [cited 2020 Jul 9];21(4):1-7. Available from: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v21i4.4524-5>
2. Souza D de O, de Mendonça HPF. Trabalho, ser social e cuidado em saúde: Abordagem a partir de Marx e Lukács. *Interface Commun Heal Educ* [Internet]. 2017 [cited 2020 Jul 10];21(62):543-52. Available from: <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0482>
3. Ministério da Saúde (BR). Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012 Brasília; 2012.
4. Brasil, Ministério da Saúde. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Diário Oficial da União 2010.
5. Gomez CM, Vasconcellos LCF de, Machado JMH. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. *Cien Saude Colet* [Internet]. 2018 [cited 2020 Jul 9];23(6):1963-70. Available from: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04922018>
6. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento? [Internet]. 1ª Ed. Brasília; 2018. Available from: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude_fortalecimento.pdf
7. SurveyMonkey. O que é SurveyMonkey? [Internet]. 2020. [cited 2020 Jul 9]. Available from: <https://pt.surveymonkey.com/>
8. Ministério da Saúde (BR), Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº 466 de 16 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília; 2012.
9. Salvador PTC de O, Alves KYA, Rodrigues CCFM, Oliveira LV e. Online data collection strategies used in qualitative research of the health field: a scoping review. *Rev Gaúcha Enferm* [Internet]. 2020 [cited 2020 Jul 9];41:e20190297.

9. Available from: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2020.20190297>
10. Faleiros F, K ppler C, Pontes FAR, Silva SS da C, de Goes F dos SN, Cucick CD. Use of virtual questionnaire and dissemination as a data collection strategy in scientific studies. *Texto e Context Enferm* [Internet]. 2016 [cited 2020 Jul 9];25(4):e3880014. Available from: <https://doi.org/10.1590/0104-07072016003880014>
11. Casey M, Rohde D, Higgins A, Buckley T, Cashin A, Fong J, et al. "Providing a complete episode of care": A survey of registered nurse and registered midwife prescribing behaviours and practices. *J Clin Nurs* [Internet]. 2020 [cited 2020 Jul 9];29:152–62. Available from: <https://doi.org/10.1111/jocn.15073>
12. Henni SH, Kirkevold M, Antypas K, Foss C. Perceptions of the scope of practice of nurse practitioners caring for older adults: level of agreement among different healthcare providers. *Scand J Caring Sci* [Internet]. 2020 [cited 2020 Jul 9]; Available from: <http://dx.doi.org/10.1111/scs.12861>
13. Vieira MLC, Oliveira EB, Souza NVD de O, Lisboa MTL, Xavier T, Rossone F de O. Precariza  o do trabalho em hospital de ensino e presenteísmo na enfermagem. *Rev Enferm* [Internet]. 2016 [cited 2020 Jul 9];24(4):e23580. Available from: <http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2016.23580>
14. Souza RF, Rosa RS, Picanço CM, Souza Junior EV, Cruz DP, Guimarães FEO, et al. Repercussões dos fatores associados   qualidade de vida em enfermeiras de unidades de terapia intensiva. *Rev Salud Pública* [Internet]. 2018 [cited 2020 Jul 9];20(4):453–9. Available from: <https://doi.org/10.15446/rsap.V20n4.65342>
15. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Lei n  8.315 de 19 de março de 2019 [Internet]. Rio de Janeiro: Estabelece o piso salarial dos empregados, integrantes das categorias profissionais da saúde; 2019. Available from: <https://www.normaslegais.com.br/legislacao/leirj-8315-2019.htm>
16. Oliveira BLCA de, Silva AM da, Lima SF. Carga Semanal de Trabalho para Enfermeiros no Brasil: desafios ao exercício da profissão. *Trab Educ e Saúde* [Internet]. 2018 [cited 2020 Jul 9];16(3):1221–36. Available from: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00159>
17. Dias MO, Souza NVD de O, Penna LHG, Gallasch CH. Percep o das lideranças de enfermagem sobre a luta contra a precarização das condi oes de trabalho. *Rev da Esc Enferm da USP* [Internet]. 2019 [cited 2020 Jul 8];53:e03492. Available from:

17. <http://dx.doi.org/10.1590/s1980-220x2018025503492>
18. Valente PM, Faria MG de A, Silva D, Gallasch CH, Perez Junior EF, Daher DV. Educação permanente em saúde do trabalhador no contexto de enfermagem: realidades de um hospital universitário. Saúde Coletiva (Barueri) [Internet]. 2018;8(43):622–5. Available from: http://revistasaudecoletiva.com.br/revista/ed43/Educacao_permanente_saude.pdf
19. Moretti MMS, Barcellos R de A. Rodas de conversas como estratégia de educação permanente em saúde na construção de protocolo assistencial. Res Soc Dev [Internet]. 2020 [cited 2020 Jul 9];21(1):1–9. Available from: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5395>
20. Sena RR de, Grillo MJC, Pereira L d. Á, Belga SMMF, França BD, Freitas CP de. Educação permanente nos serviços de saúde: atividades educativas desenvolvidas no estado de Minas Gerais, Brasil. Rev Gaúcha Enferm [Internet]. 2017 [cited 2020 Jul 8];38(2):e64031. Available from: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2017.02.64031>
21. Tibola TSA, Cordeiro ALP de C, Stacciarini TSG, Engel RH, Costa DG, Haas VJ. Fatores que influenciam a participação dos profissionais de enfermagem na Educação Permanente em hospital público. Enferm em Foco [Internet]. 2019 [cited 2020 Jul 8];10(2):125–30. Available from: <https://doi.org/10.21675/2357-707X.2019.v10.n2.2044>
22. Mendes R, Dias EC. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. Rev Saúde Públ [Internet]. 1991 [cited 2020 Jul 10];25(5):341–9. Available from: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2977.pdf>
23. Moreira Cardoso AC. O trabalho como determinante do processo saúde-doença. Tempo Soc [Internet]. 2015 [cited 2020 Jul 10];27(1):73–93. Available from: <https://doi.org/10.1590/0103-207020150110>